

## **LIVRE ACESSO A INSTALAÇÕES DE TRANSPORTE**

### **DE GÁS NATURAL – MINUTA DE PORTARIA ANP**

#### **COMENTÁRIOS**

**“Art. 2º - Para os fins desta Portaria, ficam estabelecidas as seguintes definições:**

**VI – Carregador – empresa ou consorcio de empresas contratante do serviço de transporte de gás natural junto ao transportador;**

**IX – Interessado – empresa ou consorcio de empresas que solicita formalmente o serviço de transporte dutoviário de gás natural.”**

Conclui-se que Carregador e Interessado são a mesma pessoa. Há mesmo necessidade dessa distinção que nada contribui para estabelecer direitos e obrigações no processo de contratação?

Se a pesquisa e a lavra de gás natural pode, pelo art. 176 da Constituição Federal ser concedida a “**...brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras...**”, daí se concluindo que não só pessoas jurídicas mas também pessoas físicas podem ser concessionários para a produção de gás natural, por que o Carregador só pode ser “empresas ou consorcio de empresas” e não o próprio concessionário da lavra, sendo ele pessoa física ?

**“Art. 3º. O Transportador não poderá comprar ou vender gás natural, com exceção dos volumes necessários ao consumo proprio das Instalações de Transporte e para a formação e manutenção do estoque operacional.”**

A vedação para o Transportador também exercer atividade econômica de compra e venda de gás natural, não está compatível com o art. 58, § 2º, da Lei nº 9.478, de 1997, que assim estabelece:

*“§ 2º. A ANP regulará a preferência a ser atribuída ao proprietário das instalações para movimentação de **seus próprios produtos**, com o objetivo de promover a máxima*

*utilização da capacidade de transporte pelos meios disponíveis.”*

Daí se conclui que o proprietário de gasoduto de transporte não só pode transportar seu próprio produto, como também têm o direito de preferência para fazê-lo; o que a ANP deve regular é a forma como essa preferência será exercida, nada mais.

Aliás, quando o § 2º acima transcrito se refere a “**seus próprios produtos**”, indica que o proprietário do gasoduto pode também exercer a compra e venda, isto é, ser ele próprio carregador. Essa disposição não poderia ser diferente, até porque não sendo a atividade econômica de compra e venda de gás natural no atacado submetida a qualquer restrição pelo art. 177 da Constituição Federal, conclui-se que é atividade econômica de livre exercício, submetida ao disposto no parágrafo único do art. 170, também da C.F., não sendo passível de vedação mediante Portaria da ANP.

**Art 4º O Transportador permitirá o acesso não discriminatório de interessados às suas Instalações de Transporte, assim como a conexão de suas instalações com outras instalações de transporte, exceto nos casos em que a solicitação do serviço:**

- I. refira-se a Nova Instalações de Transporte; ou
- II. destine-se ao transporte de gás natural para Mercados Emergentes.

O artigo 4º enseja a interpretação oposta ao que provavelmente pretendeu a ANP que é ao se referir a Novas Instalações e transporte de gás a Mercados Emergentes como exceção ao direito ao livre acesso, porém a redação conclui que as instalações não tem direito ao livre acesso.

**Art. 5º O Transportador atenderá Interessados em contratar Serviço de Transporte Interruptível, utilizando-se da Capacidade Ociosa de Transporte, sempre que o trecho solicitado em sua Instalação de Transporte esteja operando, na média diária dos 6 meses anteriores, a pelo menos 70% de sua Capacidade Máxima de**

**Transporte, o que evidencia o risco de interrupção que caracteriza este serviço.**

O que deve ser levado em consideração nessa análise não é a média diária de volumes passados e sim a capacidade atual contratada e transportada e os contratos firmados pelo transportador com os Carregadores.

**“Art. 7º. Toda a Capacidade Disponível de Transporte para a contratação de STF em instalações de Transporte em operação será ofertada e alocada segundo os procedimentos de CPAC, observado o art. 4º desta portaria**

**Parágrafo primeiro. O Transportador submeterá à aprovação da ANP, no prazo de 30 (trinta) dias anteriores a divulgação, o regulamento do CPAC, que detalhará os procedimentos de oferta e alocação de capacidade para STF”.**

A ANP não pode vedar que o proprietário do gasoduto celebre contratos bilaterais com Carregadores, sempre que entre um e outro haja acordo sobre o valor da tarifa de transporte.

Isso está estipulado no art. 58, § 2º, da Lei n. 9.478, de 1997, quando ele reza que o valor e a forma de remuneração será fixada pela ANP **“caso não haja acordo entre as partes”**.

Portanto, este artigo da minuta de Portaria está dispondo de forma diversa àquela que consta do texto legal, sobre as relações comerciais entre Transportador e Carregador, sendo ilegal.

**“Art. 9º. O proprietário de instalações de transferência que sejam reclassificadas como de Instalações de Transporte, transferirá a operação destas instalações a um transportador”.**

**Parágrafo primeiro: o proprietário das instalações de transferência passará a qualidade de Carregador da Instalação de Transporte e terá preferência na contratação da capacidade diretamente junto ao transportador, sem a necessidade de realização de CPAC, até o**

**limite da capacidade definida na autorização de operação das instalações.**

Se o objetivo é repassar a propriedade das instalações para outra sociedade sem qualquer vínculo societário com o proprietário das instalações de transporte, a proposta é flagrantemente inconstitucional. Salvo mediante a desapropriação, ninguém pode ser obrigado a transferir sua propriedade para terceiros, mediante Portaria da ANP.

Se o que pretende a ANP é promover a desverticalização empresarial, a proposta contida no art.9º só aumenta os custos de transação interna do empreendedor, que terá de criar uma nova sociedade apenas para abrigar suas instalações de transferência. O incremento de custo será necessariamente repassado aos Carregadores, sem que se vislumbre qualquer benefício relevante com a pretendida desverticalização.